

# Tutela militar volta com Sarney e a Constituinte

Marcos Sá Correa

Nem com cinco anos de mandato o presidente José Sarney inaugura a ferrovia Norte-Sul, mas com três anos apenas seu governo deixou pronta e funcionando a linha circular da transição, pela qual o país, com o mínimo de solavancos, saiu em 1985 de um regime militar em que os generais apitavam cada vez menos para chegar em 1988 a um regime civil em que eles mandam cada vez mais.

Essa obra de engenharia política brasileira, ao contrário de outros projetos pessoais de Sarney, a Constituinte trabalha para consolidar, através de uma parceria que certas coincidências da semana passada revelam com a candura dos instantâneos fotográficos. Para assustar os constituintes em véspera de decisões sobre mandato e sistema de governo, o presidente aproveitou a formatura de 180 guardas-marinha, na Ilha de Mocanguê, e ensinou-lhes que "a democracia não é fácil", que "as forças civis responsáveis pela democratização do país estão divididas" e que, como o Almirante Barroso, "é preciso sustentar o fogo que a vitória será nossa". Em contraste, disse Sarney, "as Forças Armadas têm tido conduta impecável, de unidade, de coesão, de compreensão, de sacrifício".

Etc. A calma na caserna foi preservada, no ano passado, graças à ajuda de um aumento de 110% para os militares, quando a insatisfação com o efeito da hemorragia inflacionária sobre os vencimentos começara a aticar entre a oficialidade erupções de indisciplina, como a invasão da prefeitura de Apucarana pelo capitão Luiz Fernando Walter de Almeida, ou a ameaça dos capitães Jair Messias Bolsonaro e Fábio Passos da Silva de plantar bombas em quartéis.

Na mesma semana em que Sarney levava a crise política para bordo do navio-escola *Brasil*, os constituintes "se esqueciam" em Brasília de mexer nas isenções fiscais dos militares, omitindo palavras estratégicas no parágrafo 10 do artigo 51, que regula a incidência do imposto de renda sobre os soldados. As imunidades de juízes e até de parlamentares no trato com o *Leão* foram abolidas pela Constituinte, enquanto as dos militares passaram ao encargo da Receita Federal, que supostamente através de interpretações ardilosas de funcionários muito valentes terá de fazer na prática aquilo que a "assembléia soberana", como diz o deputado Ulysses Guimarães, não fez na lei.

O recuo da Constituinte, que começou cheia da velocidade de mexer em

privilegio de militares e lhes cassar a tutela sobre a política nacional, é perfeitamente simétrico aos movimentos de Sarney, que desde o primeiro dia de governo — aliás, desde a véspera da posse — escorreu seu direito ao mandato presidencial na retaguarda dos ministros militares, especialmente o do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Só variou o tamanho do mandato. Na noite de 14 de março de 1985, quando o presidente eleito Tancredo Neves foi internado às pressas, Leônidas estava ali para garantir que Sarney se empossava, ainda que fosse pelos poucos dias então previstos para a bota-fora do presidente João Figueiredo e a convalescença de Tancredo.

"A Constituição é Sarney", anunciou Leônidas aos generais, na primeira reunião de Alto Comando que presidiu como ministro do presidente trocado. Depois, com Tancredo morto, para calar os boatos de que era preciso convocar eleições presidenciais ainda em 1985, Leônidas — ecoado pelo ministro da Marinha, Henrique Sabóia — defendeu a doutrina de que cumpria aos políticos "respeitar a Constituição e o cronograma da Aliança Democrática". Esse "cronograma" era — ou soava na ocasião, sem que o general retificasse — como uma referência tácita ao mandato de quatro anos que, aliás, o próprio Sarney iria mais tarde endossar explicitamente, no discurso solene em que anunciou a mensagem de convocação da Constituinte.

## Cinco anos são fixação pessoal do presidente

Sarney só resolveu promulgar o mandato de cinco anos em maio de 1987, inventando o que já foi definido pelo professor Mário Henrique Simonsen como "renúncia no mercado a termo". Ou seja, "abriu mão" do direito de governar a partir de 1990, que lhe confere a Constituição vigente mas em processo de desmonte, com o mesmo personalismo do presidente Jânio Quadros abrindo mão, em 1961, dos quatro anos e cinco meses finais de seu mandato.

Embora os cinco anos sejam uma idiosincrasia pessoal do presidente da República, ganharam a adesão ostensiva e imediata do general Leônidas, junto com os ministros da Marinha e da Aeronáutica. Nisso, eles defendem o chefe, não a ordem constitucional que, no pre-

sente, atribui a Sarney seis anos e, no futuro, poderá lhe atribuir qualquer coisa. Portanto, estão fazendo política pura.

Mas esse é um problema que aparentemente foi resolvido pelo atual regime na noite da internação de Tancredo, Leônidas foi à Granja do Ipê, com uma comitiva de políticos, consultar o chefe do Gabinete Civil de Figueiredo, Leitão de Abreu, sobre a investidura do vice. Dias depois, diante de uma pergunta sobre a inconveniência dessa presença

## A memória traiu Ulysses quando lembrou 1969

fardada num conclave de paisanos, o ministro Celso Furtado explicou: "Ele não estava ali como ministro militar, mas como ministro político". A fórmula pegou e foi vista há poucos dias na boca do ministro da aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, que — justificando uma reunião dos ministros militares onde eles concluíram "que as eleições este ano trarão dificuldades insuperáveis" capazes de afetar "as instituições e a governabilidade do país" — ainda enfeitou com o paralelo: "Os professores, os sindicatos também não se manifestam?"

Sim, mas não têm porte de arma, ou seriam vistos como guerrilheiros. A noção de que o papel político e a intervenção do Urutu podem se distinguir tão bem nas atividades dos ministros militares, pela simples troca do terno pelo uniforme, exige a mesma credulidade que ampara, há 50 anos, a histeria do Superhomem. A redação do *Planeta Diário* sabe tudo sobre ele, menos que é o repórter Clark Kent.

O perigo dessa dupla identidade, na vida real, ficou patente quando o deputado Ulysses Guimarães, na Quarta-feira de Cinzas, chamou de "três patetas" os chefes da Junta Militar de 1969, que tomou o poder na doença do presidente Costa e Silva. É um episódio rico em equívocos. Para começar, tudo indica que Ulysses foi traído pela memória e errou de apelido. Ele pertencia, por antiguidade, aos ministros militares de Jânio, que tramaram e não conseguiram realizar o golpe para impedir a posse do vice-presidente eleito, João Goulart. E foi dado por um conspirador que se decepcionara com suas hesitações, o jornalista Prudente de Moraes Netto, homem ágil, mas espírito crítico e independente.

E jamais fora antes objeto de desagravo, sinal de como a relação com militares já foi menos cerimoniosa no país.

Aplicado por Ulysses aos ministros da Junta o termo é até fraco pois esses foram tudo, menos "hesitantes", que segundo os dicionários é a marca dos patetas. Na sua rápida passagem pelo governo, armaram a ditadura de instru-



lique

Veja tirando da parede de seu gabinete, às vésperas de assumir a pasta, por incompatibilidade política, a fotografia do brigadeiro Délio Jardim de Mattos, que ainda era o ministro em exercício. Délio, na ativa, defendia a honra da corporação de modo mais eficaz — impedindo que houvesse tortura nas dependências de unidades sob seu comando. Assim, o ministro de uma fase de tirania foi desagravado. O da ditadura branda, não.

O problema com a participação dos ministros militares na política é de definição, porque eles acabam acumulando as prerrogativas de falar como políticos e ouvir — ou se ofender — como militares. Na política, onde reina a controvérsia e as relações hierárquicas não se regem pela fixidez das estrelas militares, ser atingido por um "pateta" no meio da confusão é de uma banalidade que sequer dá notícia. Nos ministérios militares, dá crise.

Ou simulação de crise, que é especialidade tática do governo Sarney. A evidência de um certo artificialismo nas tensões militares está em que, fora as ameaças de insurreição por causa dos soldados no ano passado e os estilhaços de discursos feitos pelo presidente em visitas a bases, o típico interlocutor de generais atualmente não é mais a vivandeira de

## Vivandeira do governo é que ronda general

quartel, mas a vivandeira de ministério. Esta semana, por exemplo, enquanto ainda se acreditava que o sistema de governo fosse votado hoje, o deputado José Geraldo, do PMDB, foi ao Forte Apache buscar a aprovação expressa do general Leônidas à adoção do parlamentarismo, desde que Sarney fique cinco anos no palácio do Planalto. Se fosse mero palpite do general, nada a obstar, pois sua opinião muda como a de qualquer cidadão que lide com questões constitucionais por instinto ou conveniência, já que não está profissionalmente obrigado a entender da matéria. Dias atrás, Leônidas era presidencialista. Em dezembro de 1985, numa entrega de espadas a generais-de-brigada, declarou: "Não temos diretas para presidente em 1986. Confio no bom-senso e patriotismo do povo".

Há pistas, também, mostrando que a relação do governo com seus ministros militares é de mão-dupla. As vezes, são os militares que mandam nas prioridades

políticas de Sarney — como na reunião ministerial de 27 de agosto de 1987, quando Leônidas dinamitou o plano econômico do ministro Bresser Pereira, para vocalizar a insatisfação de sua tropa com o arrocho salarial. Ou quando o brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, tentou em circunstâncias parecidas, semanas atrás, sítio o sucessor de Bresser, Mailson da Nóbrega, na mesa do Palácio da Alvorada em que o ministro da Fazenda propunha o congelamento da URP para os funcionários públicos civis e militares. Nesses casos, eram pressões de baixo para cima que arranhavam a autoridade do presidente, embora ele costume se queixar apenas dos políticos como obstáculos à sua administração. Como não é concebível que Sarney nomeie reiteradamente para a Fazenda adversários de sua política econômica, o fato é que não só os partidos, mas também as Forças Armadas, já peitaram com sucesso as diretrizes do governo.

Mas, em discussões políticas, acontece o inverso. Não só Leônidas, como o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, já foram advertidos pelo governo, ao se deixarem fotografar pela imprensa confraternizando com caciques do PMDB em momentos de disputa mais acirrada. Uma delas, quando a Comissão de Sistematização votou, no fim do ano passado, quatro anos para Sarney. Portanto, os ministros militares tanto conduzem a política quanto se deixam conduzir por ela. Nessas horas, o rumor de golpe mal disfarça o sotaque oficioso, que diminui a sua gravidade.

O risco de um golpe, no Brasil, está paradoxalmente contido em uma fraqueza estrutural do regime civil — que é a rotinização da tutela militar, dez anos depois de demolida pelo autoritarismo do presidente Ernesto Geisel. Governo de transição, no duro, foi o dele. Em 1988, o que existe no Brasil pode ser melhor definido pela renúncia lenta, gradual e segura dos civis aos tabus jurisdicionais das Forças Armadas — fenômeno que aos poucos ganha até reconhecimento acadêmico. Nos Estados Unidos, o *brazilianista* Alfred Stepan anuncia, num livro novo, que os generais, sob Sarney, estão no poder. Aqui, o professor José Murilo de Carvalho, nos *Cadernos de Conjuntura* do IUPERJ, previu que a Constituinte falharia clamorosamente, por medo, na tarefa de limitar a autonomia com que os militares exercem funções crescentes dentro do governo — por exemplo, no SNI ou no Conselho de Segurança Nacional. Enfim, até o presidente Sarney já avisou aos guardas-marinha que "quando se organizam grupos para coagir, para atingir a liberdade, o estado de direito entra em crise".

## No centro da polêmica, a lei e a ordem

No início havia duas concepções antagônicas sobre a maneira como os militares podem intervir internamente (a defesa externa do país é ponto pacífico, embora a terminologia varie de "independência, soberania e integridade territorial" a "defesa da pátria").

A proposta da Comissão Afonso Arinos não previa intervenção das Forças Armadas para defender a lei e a ordem, ao contrário da proposta do Ministério do Exército.

Houve discussão na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança e na Comissão de Organização Eleitoral e Partidária e de Garantia das Instituições, na Comissão de Sistematização e, é claro, em corredores, gabinetes, almoços e jantares. No final, recaiu-se na proposta do Ministério do Exército, distribuída entre os



Leônidas



Sabóia



Moreira

constituintes, nos dias 8 e 9 de abril do ano passado, pelos coronéis que fazem na Constituinte o lobby da Força:

### Comissão Arinos

"As Forças Armadas destinam-se a assegurar a independência e a soberania do país, a integridade do seu território, os poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, nos casos estritos da lei, a ordem constitucional."

### Projeto Cabral (feito a partir do trabalho das subcomissões e das comissões)

"As Forças Armadas destinam-se a

defesa da pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem."

### Projeto da Comissão de Sistematização

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem" (art. 167).

## Stepan diz que militar mantém poder

Deborah Berlinck

NOVA IORQUE — O Brasil é hoje o único país da América Latina que, sob regime civil, mantém os militares com os mesmos poderes de 20 anos de ditadura. A conclusão, com base em forte documentação e em várias entrevistas, está no último livro do brasileiro Alfred Stepan, *Rethinking military politics — Brazil and the Southern Cone (Repensando a política militar — Brasil e o Cone Sul)* publicado recentemente nos Estados Unidos e que será lançado dentro de algumas semanas no Brasil.

Diretor do Departamento de Relações Internacionais da Columbia University e especialista em doutrina militar no Brasil desde o golpe de 1964, Stepan — autor de um clássico dos anos 70, *Os militares no poder* — aponta duas razões principais para o que chama de total falta de controle dos civis sobre os militares da Nova República: a completa acomodação, por parte do governo Sarney, e a desinformação dos políticos e civis sobre assuntos militares.

O governo Sarney, em três anos de Nova República, não propôs ou sequer especulou publicamente sobre novas formas de os civis aumentarem seu poder sobre os militares, ao contrário de países como Argentina, Uruguai e Espanha — afirma.

**Recuo** — A autonomia dos militares na Nova República, segundo Stepan, é flagrante e tem como base a seguinte constatação: de questões como a reforma agrária aos debates na Constituinte, os militares, mesmo fora do poder, têm conseguido preservar todas as suas prerrogativas, dando, quase sempre, a palavra final sobre assuntos polêmicos. Stepan cita como exemplo a fracassada tentativa de alguns grupos na Constituinte de mudar o papel das Forças Armadas na futura Carta, de modo que os militares se



Alfred Stepan

encarregassem apenas da defesa externa do país e não mais dos conflitos internos. Intimidados pela reação dos ministros militares e pela pressão do governo Sarney, os políticos, temendo o confronto, recuaram.

E mais uma vez, os militares conseguiram deixar o texto do projeto da nova Carta vago, o bastante para que eles possam tomar suas decisões sem estar violando a Constituição — diz Stepan.

**Controle** — Sarney acomodado — o controle das Forças Armadas sobre a promoção de seus subordinados é outro fato para o qual o brasileiro chama atenção.

O presidente Sarney assumiu o poder ratificando todas as promoções de militares negociadas pelo antigo regime, sem discutí-las. Em três anos de governo civil, eles conseguiram manter o controle

sobre a maior parte do espaço político que conquistaram durante 20 anos de ditadura.

O caso do coronel Ustra, adido militar da embaixada do Brasil no Uruguai, é citado no livro como outro exemplo de como os militares ainda detêm poder político, mesmo fora do poder. Acusado, durante a visita oficial de Sarney ao Uruguai, de ter torturado a deputada Bete Mendes (PMDB-SP), Ustra foi mantido no cargo por força de uma nota do ministro do Exército, contra a vontade dos políticos.

**Envolvimento** — E a força dos militares no governo Sarney, segundo Stepan, é justamente esta: utilizando-se de prerrogativas da época da ditadura, eles garantem o domínio e a informação quase que exclusiva em questões fundamentais como segurança nacional, estratégias de defesa e indústria bélica.

Além disso, a ausência de um Ministério da Defesa controlado por um civil, e a não participação do Congresso Nacional e dos partidos numa análise rotineira das questões de defesa, faz com que hoje no Brasil não exista um especialista civil em questões militares que não esteja diretamente empregado pelas Forças Armadas — argumenta o escritor.

Democracia nenhuma no mundo mantém seis ministros militares, todos da ativa, como o novo governo civil brasileiro. Muito menos mantém o chefe de serviços de informações (general Ivan de Souza Mendes, do SNI) com status e força de ministro, no gabinete presidencial. Com tantas prerrogativas, os militares, sustenta o brasileiro, acabam se envolvendo em questões políticas, sempre com o argumento de que é preciso garantir a estabilidade do regime. Stepan, numa comparação com a Argentina e o Uruguai, afirma que o Brasil, por essas razões, "está no limite de não ser uma democracia".